A subjetividade das mulheres no cotidiano da conciliação trabalho, família e bem-estar: um estudo de caso em Coimbra

Jacqueline Nunes da Cunha[1]

Resumo: Esta proposta de comunicação pretende refletir sobre a construção da subjetividade das mulheres após a conquista do espaço público, tendo como referência as décadas de sessenta em diante do século passado. Sendo assim, abordarei o tema proposto neste trabalho a partir de três ângulos: o modo como as mulheres se apropriam das conquistas em seu cotidiano no que se refere a igualdade e a diferença; a forma como leis específicas relativas a conciliação trabalho/família, que pretendem ser garantias públicas de igualdade, atingem as mulheres em seu cotidiano no que se refere diretamente ao cuidado de si; a forma como a ação dos movimentos feministas e de mulheres, que as representam, conseguem expressar seus desejos de igualdade e seus objetivos de autonomia. Utilizo a metodologia qualitativa pela possibilidade que a mesma oferece de se fazer um estudo ―detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade‖ (Oliveira, 2005, 68). Diante desses conceitos onde a mulher aparece como coadjuvante, o Outro, inferior nos leva ao cerne da questão através de Foucault no que se refere as relações de poder. A metodologia escolhida visa esse encontro com a subjetividade dessas mulheres.

Palavras-chave: subjetividade, feminismo, bem-estar.

Introdução

A luta pelos direitos das mulheres empreendida pelos Movimentos Feministas e de Mulheres no século passado, e as conquistas observadas deixaram-nos o sentimento de que muitas das mudanças que se efetivaram são de tal irrevogabilidade que impossibilitam um retrocesso a patamares anteriores a elas, mesmo que situações assustadoras, consideradas na maioria dos casos localizadas e pontuais, deixem pessoas, grupos sociais específicos e alguns governos perplexos e em constante alerta. Olhando para os últimos oitenta anos, mas, principalmente, a partir dos anos 60, podemos observar o resultado da intervenção das mulheres na história, na cultura, nas ciências e no pensamento em geral, parecendo-nos

[1] Mestre em Estudos Feministas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Doutoranda em Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. E-mail: jacquecunha5@hotmail.com.

impossível cogitar que retrocessos possam vir a ocorrer, entre as novas gerações, nas relações entre homens e mulheres e no que isso implica para os diversos setores das sociedades.

Partindo da ideia de que a conquista das mulheres em diversos setores da vida social é um fato fundamentado na história, este trabalho pretende problematizar a própria ideia de *conquista*, que classifico sob dois aspetos: objetivo e subjetivo, enquadrando como objetivo os direitos adquiridos: trabalho, educação, família, consumo (mercado de beleza e bem-estar); e subjetivo: o cuidar de si (realização, satisfação, felicidade), que não envolve o mostrar ao outro, compete exclusivamente a si mesmo, sem interferências externas e sem necessitar de aprovação. A partir disto analisar até que ponto as conquistas têm favorecido individualmente uma maior aproximação das mulheres consigo mesmas, que resulte numa relação mais saudável primeiro com elas próprias e depois com os diversos papéis sociais que assumem no dia a dia ou ao longo de uma vida.

Igualdade e diferença

Pensar a igualdade de um modo geral nos aponta para o conceito de diferença. Nas sociedades ocidentais, as distinções de sexo, raça e idade, a partir de uma escala de superioridade e inferioridade, ainda persistem nos comportamentos e se manifestam principalmente nas diferentes formas de discriminação. É neste sentido que o conceito de diferença tem por base a suposta inferioridade de outrem.

Monique Wittig diz-nos que utilizar a diferença sexual para inferiorizar faz parte de uma ideologia que contribui para a oposição social entre homens e mulheres, pois, no momento em que se assume como primordial a diferença genética ou biológica e se baseia nela uma hierarquização que beneficia os homens, está-se a remeter as mulheres para uma sujeição "natural". O homem transforma-se em referencial, e nesse contraponto, de certa forma é colocado como um espelho em relação à mulher.

Boaventura de Sousa Santos também reflete sobre a forma como a diferença é encarada nas sociedades contemporâneas, expondo as suas contradições. Afinal, como ele diz, homogeneização tende para exclusividade, já que "temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza":

> Vivemos hoje em sociedades obscenamente desiguais e, no entanto, a igualdade não se impõe como um ideal emancipatório. A igualdade, entendida como equivalência entre iguais, acaba por excluir o que é diferente. Tudo que é homogéneo à partida tende a transformar-se em

> violência exclusivista. Daí as diferenças, por carregarem consigo visões alternativas de emancipação social, devam ser respeitadas. Compete àqueles que as reivindicam decidir até que ponto se desejam hibridar ou indiferenciar. (Santos, 2003: 30)

Portanto, o ponto de equilíbrio passa pelo campo subjetivo em que se assume a diferença sem imposições deterministas de uma norma que se torna ideal para um determinado grupo ou sociedade. Contudo, o campo subjetivo não se torna uma resposta para a relação social equilibrada entre indivíduos, nomeadamente entre mulheres e homens, pois o que norteia essa interação são as relações de poder, que determinam a falta da igualdade com base na diferença e a subjetividade também não se mostra isenta ao nível das relações pessoais, pois estão presentes essas mesmas relações de poder.

Michel Foucault, em seu livro a *Arqueologia do Saber*, aborda a questão do poder tomando como exemplo a relação entre médico e paciente, destacando o papel do médico como um detentor de poder em relação ao seu paciente. Com base nisto, o médico se apresenta ao paciente com um poder para além das suas funções de curar, usando-o como forma de domínio pessoal e coletivo. Aponto este enquadramento acerca do poder para realçar a dificuldade não só da identificação do exercício do poder arbitrário, mas, e principalmente, o fato de muito desse exercício de poder emanar de instituições e pessoas que não nos oferecem indícios para suspeitar. Portanto, é no percurso histórico que nos é passado o comportamento ideal, gerações que vão sendo orientadas a serem o que de fato é esperado pela sociedade, sendo essa mesma sociedade muitas das vezes controladora e mantenedora desse ideal de mulher, que na atualidade se transformou. Assim como Foucault nos explicita:

> [...] as relações de poder não estão em posição de exterioridade relativamente a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas que lhes são imanentes; elas são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que aí se produzem que são reciprocamente as condições externas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou reprodução; elas têm, onde funcionam, um papel directamente produtor. (1999: 90)

Diante disto onde fica a subjetividade, se o cotidiano foi invadido por esse controle? "A luta pela subjectividade apresenta-se então como direito à diferença, e como direito à variação, metamorfose" (Deleuze, 2005:143). Assim como Foucault descreve:

> Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou então o valor em jogo nas lutas políticas, ainda que estas se formulem através das afirmações de direito. O 'direito' à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das

> necessidades, o 'direito', para além de todas as opressões, 'alienações', a reencontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse 'direito', tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses procedimentos novos de poder que, também eles, nada têm que ver com o direito tradicional da soberania. (1994: 146).

Simone de Beauvoir aborda um pensamento diferente, o conceito de mulher como o *Outro*, mas também a cumplicidade das mulheres na sua sujeição:

> O homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará nela profundas cumplicidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro*. (1970: 15)

O *Outro* já prevê um distanciamento, alguém que não é igual, nesse caso sua inferioridade foi construída, e diante disso não é possível um critério de igualdade, o que se reflete na falta de exigência de uma possível reciprocidade. A falta desse reconhecimento conduz à sujeição, não imposta, mas consentida, resultado de uma ideologia masculina, que percorreu a história, através do discurso da diferença de forma determinista acerca da inferioridade das mulheres.

A promoção da ideologia do poder masculino se faz no modo como são feitas as leituras e re-leituras das experiências das mulheres.

> Não se quer aqui, colocar a mulher exclusivamente no papel de vitimização, ao revés, existem mulheres que também são responsáveis pelo desencadeamento desta circunstância oprimente, pois em um primeiro momento não se reconhecem como sujeito de direitos ou, que poderia ser o segundo momento, incorporam o papel masculino, vislumbrando a dominação. (Marli Costa e Quelen Aquino, 645)

Sendo assim, a limitação da independência das mulheres tem sido o braço da tirania dos homens, considerada natural, em alguns casos, pelas próprias mulheres vítimas dessa tirania, pois aliado a esse modo de comportamento está a cultura e a religião que promovem a inferioridade como natural. É necessário que cada um/a se perceba como igual e não como, "esse eu cultural que nos tornamos, mas que parece que sempre fomos." (Butler, 2008: 154) Perceber-se igual nos leva mais uma vez à questão do *Outro*. Luce Irigaray aborda a questão da diferença sexual com a promoção do masculino como um parâmetro universal e regulador e o feminino como o *Outro*, remetendo assim, as mulheres a uma posição de inferioridade com base nas relações de poder (1985b: 23-33). Judith Butler vê mesmo nessa inferioridade a

impossibilidade de "ser" no momento em que essa reciprocidade se limita a um corpo, sendo esse mesmo corpo o masculino que é associado a liberdade.

> Las mujeres nunca pueden «ser», según esta ontología de las sustancias, justamente porque son la relación de diferencia, lo excluido, mediante lo cual este dominio se distingue. Las mujeres también son una «diferencia» que no puede ser entendida como la mera negación o el «Otro» del sujeto ya siempre masculino. Como he comentado anteriormente, no son ni el sujeto ni su Otro, sino una diferencia respecto de la economía de oposición binaria, que es por sí misma una estratagema para el desarrollo monológico de lo masculino. (Butler, 2007: 74)

Portanto, a questão do *Outro* nos leva a refletir sobre o *Outro* de quem e porquê. Será que há ainda hoje argumentos para legitimar um posicionamento de superioridade? O que de fato existe é que tal discurso se fixou na nossa história como verdade e se misturou em nossa subjetividade, através do patriarcado. (Cf. Foucault)

Conciliação: trabalho, família

A dinâmica da conciliação inicia-se para algumas no momento em que o local de residência difere do local de trabalho. Dentre as entrevistadas, três exercem suas profissões e/ou residem fora do concelho de Coimbra, nomeadamente: Sofia − trabalha em Condeixa, Carmem e Patrícia − moram em Ançã e trabalham em Coimbra. Diante disto, os filhos e/ou filhas acompanham as mães nessa rotina, pois normalmente as escolas ficam mais próximas do local de trabalho do que da residência, com exceção da filha de Sofia, pois a mãe procura adequar seus compromissos de forma a mantê-la próxima da sua residência. Margarida e Paula relatam algumas dificuldades nesse sentido, mas no momento estão desempregadas.

Vivência de mulheres no Concelho de Coimbra – estudo de caso

Aspeto socioeconômico

O concelho de Coimbra é a capital do distrito e possui 31 freguesias.[2] A estimativa provisória de população residente entre homens e mulheres em 2011 em Coimbra é de 143.320.[3] A cidade está dividida em cidade alta e baixa, o que antigamente denotava uma separação de classe. Nos últimos vinte anos sofreu alterações devido à necessidade de modernização. As principais mudanças foram a construção de dois grandes centros

[2] http://www.freguesiasdeportugal.com/distritos_portugal/distritodecoimbra.htm#COIMBRA
[7] http://censos.ine.pt

comerciais, o que mudou não só a cidade em termos arquitetónicos mas a própria dinâmica urbana.

A cidade não possui um aparato industrial. O ponto econômico principal está voltado para os bens e serviços. O desenvolvimento do comércio deve-se à Universidade de Coimbra, que é um ponto condutor da economia da cidade e que atrai turistas e estudantes de várias nacionalidades fazendo com que haja uma dinâmica no mercado imobiliário e de serviços.

A realidade de desemprego, o aumento significativo do envelhecimento da população, não só em Coimbra, mas no próprio país, vem ao longo dos anos atingindo não só a economia mas especificamente as pessoas, especialmente quando o Estado não pode substituir a iniciativa privada abarcando em seu quadro toda a população em idade ativa. Este fenômeno leva a uma dinâmica cada vez maior de deslocamentos internos e/ou externos.

Metodologia

Nesta parte do trabalho, em que passo efetivamente a minha pesquisa de campo tendo por base as narrativas de vida das mulheres por mim entrevistadas. Utilizo a metodologia qualitativa pela possibilidade que a mesma oferece de se fazer um estudo "detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade" (Oliveira, 2005, 68). Contudo, em se tratando de uma pesquisa qualitativa, um passo importante foi a delimitação da minha amostra de pesquisa como sendo uma amostra intencional, no caso, mulheres nascidas na década de 60, estando atualmente entre 40 e 50 anos. Meu objetivo foi o de analisar a construção da subjetividade dessas mulheres diante das conquistas a que as mesmas têm acesso no cotidiano, que de um modo geral resultaram das lutas dos movimentos feministas e de mulheres que se evidenciaram na década acima referida. É diante deste momento histórico passado e de uma realidade atual de oportunidades que analiso esse fenômeno de mudanças, todavia sem a pretensão de fazer generalizações.

A metodologia escolhida visa esse encontro com a subjetividade dessas mulheres. Dentro desse contexto optei por utilizar o método de estudo de caso, partindo da abordagem de Robert K. Yin, no que se refere ao cuidado que se deve ter com esse método, uma vez que o mesmo apresenta algumas dificuldades, das quais destaco duas: a primeira diz respeito à lógica da amostragem, que não deve ser motivo de preocupação mas, ao contrário, "pensar nessa decisão como um reflexo do número de replicações de caso − literais e teóricas – que gostaria de ter em seu estudo" (2005: 73); a segunda é que esse método exige, para além de uma abordagem descritiva, um sensível desenvolvimento da teoria. Por vezes, no decorrer do

processo, podem ocorrer incongruências e incoerências ou até mesmo contradições no que se refere as próprias expectativas do trabalho. Diante disto, é importante seguir o roteiro escolhido sem necessariamente impedir os direcionamentos que no decorrer do processo possam vir a surgir, contudo mantendo sempre o vínculo com os pressupostos teóricos.

Perfil das entrevistadas

Seguindo meu propósito, observo que, diante do recorte micro de análise, a mesma apresenta alguns aspetos de um universo maior. A média de natalidade do grupo de doze mulheres por mim entrevistadas indica que oito mulheres têm apenas um filho ou filha, três mulheres têm dois filhos(as) e apenas uma mulher tem três filhos(as). Neste quadro, a média de filhos por mulher é de 1,25, o que confirma alguns dados estatísticos nacionais, pois aproxima-se da taxa média de fertilidade de 1,32 filhos por mulher,[4] apesar de o universo micro de observação se reduzir a doze entrevistas.

Das mulheres que fazem parte desse estudo, oito são portuguesas e quatro estrangeiras, salientando que algumas das estrangeiras residiram também na região norte do país. Para se obter uma visão geral das entrevistadas, destaco dois pontos: educação formal, profissão/ocupação.

Quanto à educação formal, uma possui o 9º ano, quatro têm o 12º ano, as demais são licenciadas, das quais quatro estão a frequentar o mestrado. Esses dados não eram critérios de seleção da amostra, no decorrer do trabalho adquiriu uma importância fundamental nas narrativas das histórias de vida de algumas dessas mulheres.

Em termos laborais, duas estão desempregadas e já estão em vias de emigrar para a Inglaterra. Dentre as outras, quatro são funcionárias públicas, cinco são profissionais liberais e uma tem um contrato de trabalho. As profissões são bastante variadas, o que na verdade pode ser um diferencial positivo para o meu trabalho. Entrevistei professoras (do ensino básico, de piano e de teatro), uma tradutora, uma comerciante, uma advogada, uma esteticista, uma cabeleireira, uma enfermeira, uma auxiliar administrativa, uma diretora de programação cultural (atriz), dentre outras profissões que as mesmas exercem para além do cotidiano no lar.

No que se refere as habilitações acadêmicas, transparecem, de forma discreta, alguns pormenores em relação ao marido/ex-marido (a família formada) e de modo geral em relação a família de origem. Evidencia-se a valorização da educação formal, as habilitações

acadêmicas no ensino superior, como também a continuidade dos estudos e dos cursos de formação, pois dentre as entrevistadas algumas possuem mais anos de estudos de que seus cônjuges/ex-cônjuges, o que aponta para o fato de as mulheres investirem mais tempo na educação, mesmo que não realizem o seu sonho (pessoal/familiar) de serem doutoras ou licenciadas.

Subjetividade no cotidiano da conciliação entre trabalho, família e bem-estar

O estudo da subjetividade nos coloca algumas limitações no que se refere ao pensamento dos indivíduos sobre si mesmos, pois muito do que se tem como referência de si pode estar condicionado a uma história de vida, de orientação pessoal, de posturas e de comportamentos. Contudo, meu objetivo em relação à subjetividade das mulheres é perceber até que ponto pode-se ultrapassar as limitações de forma crítica.

A década de sessenta segue como ponto de referência no que diz respeito ao período de nascimento das entrevistadas, por ser um período que fez despontar mudanças que de forma direta ou indireta influenciaram o cotidiano das famílias. Considero também as décadas subsequentes que sob a influência direta desse momento histórico contribuiu para a formação delas nas fases da adolescência e juventude.

Conciliação: trabalho, família

A dinâmica da conciliação inicia-se para algumas no momento em que o local de residência difere do local de trabalho. Dentre as entrevistadas, três exercem suas profissões e/ou residem fora do concelho de Coimbra, nomeadamente: Sofia − trabalha em Condeixa, Carmem e Patrícia − moram em Ançã e trabalham em Coimbra. Diante disto, os filhos e/ou filhas acompanham as mães nessa rotina, pois normalmente as escolas ficam mais próximas do local de trabalho do que da residência, com exceção da filha de Sofia, pois a mãe procura adequar seus compromissos de forma a mantê-la próxima da sua residência. Margarida e Paula relatam algumas dificuldades nesse sentido, mas no momento estão desempregadas.

Definição de si no processo da conciliação

Quando interrogadas, se conseguem conciliar o trabalho, a família e o bem-estar próprio, todas as respostas convergem para a possibilidade de conciliação desde que haja organização por parte delas: as dificuldades existentes parecem desaparecer e tudo termina de forma positiva e adequada para todos. No entanto, quando relatam seu dia-a-dia, a questão da

[4] http://publico.pt/Sociedade/portugal-e-o-segundo-pais-da-ocde-com-a-taxa-de-natalidade-mais-baixa_1491491

"cooperação" do marido nas tarefas domésticas não surge de forma espontânea, sendo necessária uma pergunta mais direta, à qual logo respondem:

> *"Sempre concilio meu trabalho com a casa. Meu marido sempre ajuda, tem que conseguir não é?"* (Miriam) *"sim, ajuda."* (Patrícia) *"Sempre que pode pois tenho pena, ele trabalha muito e não é justo depois que ele chega a casa ainda ter que fazer coisas de casa, meu horário é mais flexível. Eu quando posso também o ajudo no trabalho."* (Ana) *"Não, meu marido nunca me ajudou, e eu nem pedia para ajudar porque não iria resultar, foi criado assim. Fui casada durante vinte e cinco anos, nunca me impediu de fazer nada, mas também não me ajudava."* (Marta) *"O meu primeiro marido não ajudava, foi criado de um jeito que não retirava o prato da mesa. O meu atual marido, posso dizer que eu mudei, ele já era mais tranquilo e com jeito fui conseguindo fazer com que me ajudasse. Acho que depende muito da mulher e também do homem."* (Inês) *"Meu marido não me ajuda, diz que coisas de casa é coisa de mulher* […] *Se somos organizadas, tudo no final resulta lindamente bem.* […] *Com meu marido não há hipótese."* (Carmem)

Para essas mulheres, o "saber administrar" é o ponto decisivo para uma boa conciliação, sendo que a base da conciliação passa exclusivamente por elas, não parecendo em nenhum momento como algo a ser discutido ou partilhado entre o casal. Desse modo, subentende-se como uma responsabilidade adquirida, o ser bem sucedida enquanto mulher passa por essa boa administração da casa. Diante disto, transparecem alguns aspetos da própria questão de ser mulher, onde a diferença está representada na ação de assumir a responsabilidade para com as tarefas não-remuneradas.

Desse modo, assume o papel da conciliação como uma responsabilidade que cabe a *ela* fazer, não exigindo a reciprocidade na partilha das tarefas, limitando-se a ser o *Outro*, sendo a falta de exigência de partilha reflexo da cumplicidade da mesma em manter o masculino no patamar de superioridade. Há um conflito neste sentido, expresso nas falas de Inês, Marta, Carmem e na resposta insegura de Miriam, que responde com outra pergunta. Ana preocupa-se com o marido por trabalhar mais do que ela, e responde que o ajuda por não achar justo depois de tanto trabalho ainda fazer as coisas de casa.

Nesse contexto, uma única resposta positiva e direta veio de Patrícia, o que me levou a compreender melhor sua dinâmica diária de conciliação. Aos 42 anos, recorda que se sentia mais consciencializada quanto à necessidade de uma divisão de tarefas entre o casal. O marido passou a responsabilizar-se pelas refeições e pela ajuda à filha mais velha nas outras tarefas e ela a cuidar da casa (tirar o pó, passar ferro…).

O imediato "*sim, ajuda*" é seguido do complemento *"Sempre que pode, ele ajuda".* Mesmo assim, ela defende a sua primeira afirmação apresentando o fato de o marido ter

emigrado como provável diferencial e contributo para essa postura de partilhar as tarefas da casa. O próprio termo repetidas vezes utilizados pelas mulheres, "ajuda" e "apoio", revelam que o convencional no cotidiano da casa ainda está centrado na mulher, o que denota de alguma forma o que afirma Simone de Beauvoir de que o homem ao eleger a mulher como o *Outro,* encontra nela mesma o seu maior "cúmplice", terminando ela por não reivindicar o seu lugar de sujeito. Mesmo diante de tantas conquistas, é no espaço privado que verificamos ser o local de difícil emancipação.

A dificuldade de emancipação é percebida na divisão de tarefas, relatada por Patrícia, que não se mostra como uma divisão igualitária, em termos de horas de trabalho não remunerado.

Talvez os argumentos em defesa da ajuda do marido permeiem o desejo de que a partilha das tarefas domésticas seja efetivada de igual forma para os dois. A enumeração das tarefas de ambos apresenta-se como um diferencial que para ela segue de forma satisfatória, contudo enquanto relatava as tarefas, reflete com tom de voz mais baixo: *"acho que não é tão igual"*, mesmo assim segue o relato sem outras interferências. No caso de Patrícia ficou evidente que a sua estratégia de conciliação requer algumas horas a menos de sono como maneira de conseguir cumprir as tarefas diárias, que foi incorporada não apenas no cotidiano mas também assimilado pelo corpo.

Inês apresenta os pais adotivos como importantes para a conciliação. Em seguida acrescenta o marido e acrescenta mais uma vez o apoio de seus pais adotivos para, no final da afirmação, acrescentar que não havia muito apoio do marido.

Esta contradição nos discursos das mulheres repete-se com frequência e parece se configurar como uma não aceitação do fato de não receber apoio efetivo, o que as leva a buscar nos pequenos gestos de apoio certa relevância que satisfaça uma resposta afirmativa.

No relato de Inês há uma experiência anterior a qual ela não aceitou repetir, contudo os comportamentos do marido e ex-marido são semelhantes, fato que a levou a solicitar a ajuda do atual marido e acrescenta *"... foi meu ar de feminista que consegui trabalhar para ele mudar, fui bem-sucedida."*

Penso que essa estrutura mental é mais difícil de derrubar, uma vez que ela faz parte da subjetividade das pessoas (homens e mulheres) e sua conquista passa por questões em princípio imperceptíveis, mas que ganham um poder de continuidade dos discursos que se firmam durante séculos. As conquistas objetivas seguem no campo do trabalho, da família, da aparência do que se convencionou ser o bem-estar e que ganha visibilidade. As conquistas

subjetivas, sem essa visibilidade, apresentam, em geral, os comportamentos que destaco neste trabalho e exemplifico no modo como as mães incutem nas filhas a responsabilidade nas atividades da casa.

Érica, não obteve a ajuda do marido pelo fato de o mesmo ser militar e ficar pouco tempo em casa. Também não teve ajuda de familiares por não estar na sua terra, Resende. Após o falecimento de seu pai, estando sua mãe com a saúde debilitada precisou trazê-la para Coimbra onde recorreu ao apoio domiciliário. Contudo, para além dessa responsabilidade, cuidava dos seus dois filhos e da casa. Só nos dias atuais e com os filhos já crescidos é que Érica sente uma amenização no que se refere à conciliação do trabalho fora de casa com as tarefas domésticas. Em relação ao papel de mãe, afirma que sempre há uma culpa por não ter sido mais presente na vida dos filhos, especialmente quando os filhos eram pequenos, diante disto cabe um pouco de discernimento nas decisões e atitudes que foram tomadas ao longo da vida, pois trabalhar para ela é sempre considerada a melhor opção.

A conciliação trabalho-família agrava-se obviamente enquanto os filhos(as) são pequenos, apesar dos apoios familiares. Acrescenta-se algo que não requer apenas mais algumas horas pontuais no dia-a-dia, exige uma mudança que se faz no sentido de uma adaptação que se aproxime do ideal. Para que isso ocorra são imprescindíveis parcerias, termo utilizado por uma das entrevistadas, Mafalda, natural de Coruche, uma vila que pertence ao Distrito de Santarém. Vive em Coimbra desde que veio estudar; entretanto casada e com uma filha pequena, tem vivenciado uma dinâmica carregada de inquietações, no que diz respeito à conciliação do seu horário de trabalho com os horários da creche. Uma das maiores ansiedades, dentre tantas outras que a mesma enumerou, é poder chegar a casa e ver a filha ainda acordada, contudo está bastante consciente de que todas as mães passam por isso e que se trata de uma fase. O apoio do marido é fundamental, pois ele responsabiliza-se por buscar a filha na creche. Por esse motivo faz questão de todos os dias levá-la para ter ao menos esse contato durante a semana.

Paula e Margarida têm em comum o fato de estarem separadas, administrando a conciliação entre trabalho/não trabalho e família, a depender apenas de si e de uns poucos colaboradores. Sendo elas respectivamente enfermeira e esteticista, têm um cotidiano que difere de muitos dos relatos anteriores. Para além da falta de partilha prática no lar, acrescenta-se a não divisão da responsabilidade no aspeto financeiro. Portanto, a conciliação do trabalho e família se torna mais intensa, pois elas sentem que se lhes exige muito mais no

dia-a-dia, o que provoca o medo de falhar, porque sobre elas cai a responsabilidade total. Sendo assim, *"é uma vida para o filho, o bem-estar dele, a felicidade dele".* (Paula)

Conclusão

As questões levantadas servem para refletir quanto ser-se homem e/ou mulher na nossa sociedade mas, principalmente, no cotidiano de uma cidade como Coimbra. Tanto a falta de reconhecimento quanto a falta de apoio são formas de não valorizar as conquistas profissionais, educacionais e afetivas das mulheres. A meu ver, é o caso dos homens quando não se disponibilizam para partilhar as tarefas diárias, tomando recursos consciente/inconscientemente que visam impedir e/ou atrasar o desenvolvimento das mulheres.

Em um mundo que já não se submete as regras do passado, a resistência do patriarcado se manifesta principalmente no mundo privado da casa e da família onde ainda se verifica a não participação masculina nas atividades domésticas. Essa falta de colaboração, os apoios e as ajudas limitadas expressas nas falas das minhas entrevistadas visam comprometer as conquistas delas, atingindo diretamente o seu bem-estar.

Desse modo, é no espaço público que as mulheres têm conseguido apoios efetivos para que alcancem seus objetivos. Visando o bem-estar, as leis através das políticas sociais são um contributo significativo para as mulheres (Sílvia Portugal, 2008). Contudo, mais uma vez o privado permanece um campo de poucas mudanças efetivas, diante de relações de afetividades que o envolvem e que terminam por condicionar a busca da igualdade.

No decorrer desse trabalho, percebi que a busca da igualdade não passa apenas pelo sentimento de inferioridade da mulher diante do homem. Na verdade, é o sentimento, é a afetividade que têm um papel preponderante nessa continuidade de poucos apoios, nomeadamente a relação marido e mulher, cercada de dependência afetiva e uma falta de equilíbrio no cuidado, criação e educação dos filhos. Portanto, a reflexão e o peso do cotidiano continuam a depender delas próprias, que não buscam negociar uma mudança (isso mesmo mais um peso ao cotidiano) de postura dos seus companheiros, o que resulta no congelamento e na perpetuação dos papéis tradicionais.

De um modo geral, essas mulheres têm uma percepção da realidade em que vivem, porém muitas vezes não se incluem dentro das questões. Também têm consciência dos seus direitos, quer assumam ou não ser feministas ou apoiar o feminismo. Assim, como afirma Manuela Tavares (2011), acerca da juventude em relação ao feminismo, presenciei

similaridade de atitude e pensamento no grupo de mulheres que entrevistei: *"penso que a consciência feminista vai crescendo entre as jovens. Elas julgam que não é feminismo, mas é".*[5]

Vê-se que o estudo da subjetividade das mulheres engloba uma variedade de temas transversais, sem os quais não podemos compreender as maneiras como estas criam estratégias de conciliação do cotidiano. Nem sempre essa conciliação está ligada a um objetivo de bem-estar pessoal, mas, pelo contrário, quando a estratégia de conciliação é acionada quase sempre é em prol dos filhos. O tempo para si, para o cuidado pessoal, como cuidar da pele, dos cabelos e do corpo em geral é bastante limitado, mais ainda quando se trata de outros aspetos como a meditação pessoal, o silêncio, o estar só como forma de se autoconhecer, são dimensões adormecidas na vida pessoal das mulheres que entrevistei. Desse modo, o trabalho e a família (especialmente os filhos), ocupam o universo de preocupação das mesmas, ficando elas próprias esquecidas de si.

Diante desse quadro as soluções encontradas pelas mulheres são muito mais no campo da conciliação trabalho-família do que da conciliação trabalho-bem estar pessoal. Quando se trata do primeiro tipo de conciliação as redes de solidariedade entre as mulheres são primeiro acionadas antes mesmo que os maridos e/ou filhos homens. Quanto ao segundo tipo de conciliação, que engloba certa dose de cuidado de si, este pouco aparece e mesmo nem sequer é pensado. O poder exercido pelo patriarcado hoje se tornou mais sutil para dificultar a identificação de sua presença. Os termos "eu ajudo" / "ele ajuda" / "eu/ele toma conta enquanto eu saio" dentre outros, vem destacar o papel de coadjuvante da administração do cotidiano familiar que os homens insistem em manter.

Nesse ponto, a linguagem e os seus usos, atrelada a uma espécie de amaciamento fonético (que se confunde muitas vezes como expressão de carinho e cuidado), serve como aliada à sutileza das resistências dos homens as mudanças nas relações privadas frente as mulheres. Nesse caso, a linguagem assume o controle do outro (as mulheres), além de confundir e mascarar os níveis de desigualdade que as sobrecarregam e as limitam a ponto de não conseguirem pensar em si próprias como mentoras e portadoras de um eu independente.

O fator tempo surge, em consequência disto, como outro ponto primordial face a essa realidade. No caso das mulheres, a falta de tempo para a ociosidade, entendida aqui não como pejorativo mas, antes de tudo, como momento de reconstituição e realimentação do eu

[5] http://www.publico.pt/Sociedade/manuela-tavares-elas-acham-que-nao-e-feminismo-mas-e_1482566

próprio, é o que prevalece nas "desculpas" encontradas face a pergunta sobre o tempo de que dispõem para elas mesmas. A sensação é de um tempo sempre escasso e roubado de outrem. A pressa é o fator dominante quando se trata de cuidar do corpo objetivo (cabelo, unhas, pele). O corpo subjetivo, pela sua própria constituição, ao exigir *mais* tempo e *menos* velocidade, ou seja, ao necessitar para se fazer existir o ato de parar, cai no esquecimento e fica adormecido no cotidiano. Talvez de uma vida inteira. Deste modo, a subtração do tempo das mulheres, possibilita a adição de tempo para o bem-estar de outrem.

A busca por espaços de subjetividade como forma de cuidar de si com vista a um bem-estar pessoal não está presente nas perspectivas das mulheres quanto a elas próprias. Mais uma vez a desinformação atua como forma de retardar o desenvolvimento dessa esfera da vida. A desinformação a respeito da importância do bem-estar pessoal em todas as dimensões da vida e que gera o desconhecimento de si, criando uma espécie de "mulher máquina". Propiciar às mulheres o resgate do conhecimento de si, deve ser hoje uma das metas fundamentais dos movimentos feministas e de mulheres em todo o mundo. Esta deverá ser uma conquista de caráter subjetivo uma vez que é manipulando esse aspeto particular que, a meu ver, as vozes anti-conquista das mulheres têm atuado para conservar o seu poder.

Desse modo, considero importante a busca pelo exercício constante de observação cotidiana por uma partilha das responsabilidades no espaço privado, pois não há evidência de bem-estar apenas condicionada a outros, mesmo que esses outros sejam fruto de uma relação afetiva e de intimidade.

Referências

BUTLER, Judith. **El gênero en disputa. El feminismo y la subversión de La identidad**. Trad. Maria Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós Ibérica S.A, 2007.

_____."Variações sobre sexo e género, Beauvoir, Wittig e Foucault". In **Variações sobre sexo e género.** Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz e Teresa Joaquim, orgs. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, 154 – 172.

COSTA, Marli Marlene Moraes da e Quelen Brondani de AQUINO. **Justiça restaurativa como medida para promover a cidadania e a igualdade nas relações de gênero: uma abordagem à violência contra a mulher**. http://www.conpedi.org.br/anais/36/14_1526.pdf

DELEUZE, Gilles. Foucault [1988]. Lisboa: Edições 70, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** [1969]. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Vol I [1976]. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D´Água, 1994.

_____. Resumo dos Cursos do Collège de France **Subjetividade e verdade**, 1970-1982. [1994]. Trad. Andrea Daher. São Paulo: Editora Jorge Zahar Editor, 1997.

IRIGARAY, Luce. **This Sex Which is Not One** [1977]. Trad. Catherine Porter. New York: Cornell University Press. 1985b.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

PORTUGAL, Sílvia. (2008), **As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal**, Oficina do CES n.º 319, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2628

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Conhecimento prudente para uma vida decente". **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Porto: Afrontamento, 2003.

_____. "Poderá o direito ser emancipatório?" **Revista Crítica de Ciências Sociais** 65 (Maio 2003): 3 – 76.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** [1994]. Trad. Daniel Grassi - 2.ed.

Porto Alegre: Bookman, 2001. 90

Webografia

http://www.freguesiasdeportugal.com/distritos_portugal/distritodecoimbra.htm#COIMBRA

http://diario.vlex.pt/vid/decreto-lei-56174388#ixzz1JydEc7IU

http://publico.pt/Sociedade/portugal-e-o-segundo-pais-da-ocde-com-a-taxa-de-natalidade-mais-baixa_1491491

http://censos.ine.pt

http://www.publico.pt/Sociedade/manuela-tavares-elas-acham-que-nao-e-feminismo-mas-e_1482566